

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.931 - DF (2019/0202129-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **ZILPA ROCHA GONTIJO**
REPR. POR : **MONICA EXLENE NUNES ARTIAGA**
ADVOGADOS : **ISLEY SIMOES DUTRA DE OLIVEIRA - DF021407**
: **LARISSA WALDOW DE SOUZA BAYLÃO E OUTRO(S) - DF023700**
ADVOGADA : **NATHALIA WALDOW DE SOUZA BAYLÃO - DF027375**
EMBARGADO : **JOADSON LUSTOSA GAMA**
EMBARGADO : **ANDREIA KELLY MOREIRA SOARES**
ADVOGADO : **ELIZABETH ALVES DE OLIVEIRA - DF027258**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES NA DECISÃO EMBARGADA. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Zilpa Rocha Gontijo à decisão monocrática proferida por este signatário, que conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento conforme se verifica da seguinte ementa (e-STJ, fl. 934):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA PARA OBRIGAR OS EXECUTADOS AO PAGAMENTO DO DÉBITO. CONSIDERADA EXCESSIVA E DESPROPORCIONAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Em suas razões, a embargante alega a existência de omissão na decisão embargada quanto: **i)** à impossibilidade de o Tribunal de origem negar seguimento ao recurso especial com base no art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015, porquanto o entendimento esposado não foi objeto de recurso repetitivo; **b)** à ausência de manifestação, a respeito da aplicação

do entendimento constante no REsp n. 1.663.643/DF, a embasar a alegada negativa de prestação jurisdicional, levando o julgador a manifestar-se a respeito da renda mensal do embargado Joadson Lustosa Gama de R\$ 8.992,41 (oito mil novecentos e noventa e dois reais e quarenta e um centavos), de forma a deferir a requerida medida executiva atípica, de bloqueio dos seus cartões de crédito; e c) à inaplicabilidade da Súmula 7/STJ ao caso.

Não houve impugnação (e-STJ, fl. 949).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, os embargos de declaração possuem índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, nos termos do que dispõe o art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015.

Aponta, inicialmente, a embargante omissão acerca dos fundamentos deduzidos nas razões do agravo em recurso especial, de ser indevida a inadmissão do recurso especial pelo Tribunal de origem, com amparo no art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015, uma vez que a cognição exarada na decisão de inadmissibilidade de origem, concernente à negativa de prestação jurisdicional, não foi decidida através da sistemática do recurso repetitivo -, não se evidencia o vício apontado.

Como se depreende da deliberação unipessoal deste signatário, o agravo em recurso especial interposto pela embargante foi conhecido e, implicitamente, provido, passando-se a analisar, de plano, as razões do recurso especial, o qual, por sua vez, foi conhecido em parte e, nesse extensão, não provido.

Desse modo, não há que se falar em omissão, visto que, provido o agravo, não mais subsiste interesse recursal da parte recorrente em atacar fundamento utilizado pela Corte local para inadmitir o recurso especial, se este inconformismo, por sua vez, foi integralmente analisado por esta relatoria.

No tocante à levantada omissão no exame do precedente colacionado nas razões do recurso especial (REsp n. 1.663.643/DF), referente à aduzida contrariedade aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, enfatiza-se que a jurisprudência desta Corte

Superior dispõe ser descabida eventual divergência jurisprudencial, em relação à negativa de prestação jurisdicional, dada a impossibilidade de se aferir a imprescindível similitude fática que deve haver entre os casos, sendo que cada processo comporta particularidades a se evidenciar a ocorrência de omissão, obscuridade, contradição, erro material ou deficiência na fundamentação.

Nesse sentido (sem grifo no original):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283 DO STF, POR ANALOGIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SIMILITUDE FÁTICA. ANÁLISE. INVIABILIDADE. PECULIARIDADES DE CADA CASO. RECURSO PROTETÓRIO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não há negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal de origem decide a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte.

3. A ausência de impugnação ao fundamento adotado pelo acórdão recorrido que, por si só, é capaz de manter o entendimento então firmado, atrai a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do STF.

4. No tocante a alegada divergência jurisprudencial a respeito da negativa de prestação jurisdicional, esta Corte já manifestou que é inviável a análise de eventual similitude fática entre decisões divergentes proferidas em embargos de declaração, por não poder comparar situações em que foi constatada omissão ou obscuridade com outras em que não foi, pois cada processo é único e sua análise depende das peculiaridades de cada caso.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1296812/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

No que se refere à omissão do Tribunal de origem na análise das peculiaridades que revestem a hipótese *sub judice*, sobretudo a renda mensal percebida pelo embargado, tal questão mostra-se insuficiente a justificar o deferimento da pleiteada medida executiva atípica, de bloqueio dos cartões de crédito do devedor, a qual independe do montante da remuneração por este percebida.

Logo, escorreitas as razões de decidir constantes da decisão monocrática ora embargada, no sentido de que, tendo o TJDFT resolvido satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017).

Por fim, enfatiza-se que a jurisprudência do STJ assenta ser possível o deferimento de medidas executivas atípicas pelo juiz, com fundamento no art. 139, IV, do CPC/2015, desde que devidamente fundamentada a decisão, observado o contraditório, o postulado da proporcionalidade e esgotados os meios executórios típicos, em razão do caráter excepcional dessas providências.

Corroboram essa conclusão os seguintes julgados do STJ:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL E REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. QUANTIA CERTA. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO.

1. Ação distribuída em 10/6/2011. Recurso especial interposto em 25/5/2018. Autos conclusos à Relatora em 3/12/2018.
2. O propósito recursal é definir se, na fase de cumprimento de sentença, a suspensão da carteira nacional de habilitação e a retenção do passaporte do devedor de obrigação de pagar quantia são medidas viáveis de serem adotadas pelo juiz condutor do processo.
3. O Código de Processo Civil de 2015, a fim de garantir maior

celeridade e efetividade ao processo, positivou regra segundo a qual incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV).

4. A interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela, todavia, que tal previsão legal não autoriza a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva, independentemente de balizas ou meios de controle efetivos.

5. De acordo com o entendimento do STJ, as modernas regras de processo, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável. Precedente específico.

6. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.

7. Situação concreta em que o Tribunal a quo indeferiu o pedido do exequente de adoção de medidas executivas atípicas sob o singelo fundamento de que a responsabilidade do devedor por suas dívidas diz respeito apenas ao aspecto patrimonial, e não pessoal.

8. Como essa circunstância não se coaduna com o entendimento propugnado neste julgamento, é de rigor - à vista da impossibilidade de esta Corte revolver o conteúdo fático-probatório dos autos - o retorno dos autos para que se proceda a novo exame da questão.

9. De se consignar, por derradeiro, que o STJ tem reconhecido que tanto a medida de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação quanto a de apreensão do passaporte do devedor recalcitrante não estão, em abstrato e de modo geral, obstadas de serem adotadas pelo juiz condutor do processo executivo, devendo, contudo, observar-se o preenchimento dos pressupostos ora assentados. Precedentes.

RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1782418/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. CPC/2015. INTERPRETAÇÃO CONSENTÂNEA COM O ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL. SUBSIDIARIEDADE, NECESSIDADE, ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE. RETENÇÃO DE PASSAPORTE. COAÇÃO ILEGAL. CONCESSÃO DA ORDEM. SUSPENSÃO DA CNH. NÃO CONHECIMENTO. 1. O habeas corpus é instrumento de previsão constitucional vocacionado à tutela da

liberdade de locomoção, de utilização excepcional, orientado para o enfrentamento das hipóteses em que se vislumbra manifesta ilegalidade ou abuso nas decisões judiciais.

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o acautelamento de passaporte é medida que limita a liberdade de locomoção, que pode, no caso concreto, significar constrangimento ilegal e arbitrário, sendo o habeas corpus via processual adequada para essa análise.

3. O CPC de 2015, em homenagem ao princípio do resultado na execução, inovou o ordenamento jurídico com a previsão, em seu art. 139, IV, de medidas executivas atípicas, tendentes à satisfação da obrigação exequenda, inclusive as de pagar quantia certa.

4. As modernas regras de processo, no entanto, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância, poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável.

5. Assim, no caso concreto, após esgotados todos os meios típicos de satisfação da dívida, para assegurar o cumprimento de ordem judicial, deve o magistrado eleger medida que seja necessária, lógica e proporcional. Não sendo adequada e necessária, ainda que sob o escudo da busca pela efetivação das decisões judiciais, será contrária à ordem jurídica.

6. Nesse sentido, para que o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos, sob pena de configurar-se como sanção processual.

7. A adoção de medidas de incursão na esfera de direitos do executado, notadamente direitos fundamentais, carecerá de legitimidade e configurar-se-á coação reprovável, sempre que vazia de respaldo constitucional ou previsão legal e à medida em que não se justificar em defesa de outro direito fundamental.

8. A liberdade de locomoção é a primeira de todas as liberdades, sendo condição de quase todas as demais. Consiste em poder o indivíduo deslocar-se de um lugar para outro, ou permanecer cá ou lá, segundo lhe convenha ou bem lhe pareça, compreendendo todas as possíveis manifestações da liberdade de ir e vir.

9. Revela-se ilegal e arbitrária a medida coercitiva de suspensão do passaporte proferida no bojo de execução por título extrajudicial (duplicata de prestação de serviço), por restringir direito fundamental de ir e vir de forma desproporcional e não razoável. Não tendo sido demonstrado o esgotamento dos meios tradicionais de satisfação, a medida não se comprova necessária.

10. O reconhecimento da ilegalidade da medida consistente na apreensão do passaporte do paciente, na hipótese em apreço, não tem qualquer pretensão em afirmar a impossibilidade dessa providência coercitiva em outros casos e de maneira genérica. A medida poderá eventualmente ser utilizada, desde que obedecido o contraditório e fundamentada e adequada a decisão, verificada também a proporcionalidade da providência.

11. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação não configura ameaça ao direito de ir e vir do titular, sendo, assim, inadequada a utilização do habeas corpus, impedindo seu conhecimento. É fato que a retenção desse documento tem potencial para causar embaraços consideráveis a qualquer pessoa e, a alguns determinados grupos, ainda de forma mais drástica, caso de profissionais, que tem na condução de veículos, a fonte de sustento. É fato também que, se detectada esta condição particular, no entanto, a possibilidade de impugnação da decisão é certa, todavia por via diversa do habeas corpus, porque sua razão não será a coação ilegal ou arbitrária ao direito de locomoção, mas inadequação de outra natureza.

12. Recurso ordinário parcialmente conhecido.

(RHC 97.876/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 09/08/2018)

No caso em apreço, o Tribunal de origem, observadas as vicissitudes afetas à espécie, concluiu que o bloqueio dos cartões de crédito dos devedores é medida desconexa e excessiva, não podendo ser determinada como meio de constrangimento dos executados, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 843):

Nesse contexto, o art. 139, inciso IV, do CPC, não pode ser utilizado de forma arbitrária, de modo a ultrapassar os limites constitucionais. Nas situações de decisão judicial com carga discricionária, o magistrado deverá observar, na aplicação das regras processuais, os respectivos princípios norteadores do direito.

In casu, o requerimento de bloqueio dos cartões de crédito dos executados, a despeito da recalcitrância destes em quitar o débito, viola os princípios constitucionais da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência, porquanto tais medidas são inadequadas ao propósito da credora.

Ademais, as previsões genéricas do CPC, a exemplo do disposto no art. 139, IV, só podem ser adotadas em casos excepcionais, a depender da natureza do crédito perseguido e da eficácia da medida para efetivamente induzir o pagamento.

No caso em apreço, a medida requerida (bloqueio dos cartões de crédito) não tem o condão de garantir a satisfação do crédito, mas de sujeitar os devedores a constrangimento ilegal ou coerção pessoal, sem destinação expropriatória.

Dessa maneira, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, sendo, de fato, inafastável o óbice do enunciado n. 7 da Súmula deste Tribunal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BLOQUEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL. NÃO COMPROVAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não se constata a alegada violação aos arts. 535 e 458 do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistiu omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela parte recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

2. O Tribunal local, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que não ficou comprovado dano oriundo do bloqueio de cartão de crédito. Infirmar as conclusões do julgado, como ora postulado, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgRg no AREsp 609.762/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 29/03/2017)

Dessa forma, não se vislumbrando os vícios alegados, mantém-se inalterada a decisão embargada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator